

Corpos Descartáveis: Uma Análise Semiótica das Estruturas de Poder na Mídia no Contexto Racial Hegemônico¹

Maria Eduarda Fernandes Caló Nascimento²

Luiz Felipe de Souza Figueiredo³

Yasmin Gatto⁴

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Resumo

Este artigo realiza uma análise semiótica das relações étnico-raciais e de racismo na mídia, destacando como as estruturas de poder e a branquitude influenciam a representação de corpos negros. O estudo de caso utiliza capas da cobertura do Massacre do Carandiru feita pelo veículo paulista “Notícias Populares” e analisa exemplos em notícias digitais para investigar a representação midiática. Para isso, abordamos os conceitos de racismo estrutural, necropolítica, branquitude e biopoder, evidenciando como essas construções corroboram as desigualdades raciais. A metodologia envolve a seleção de materiais midiáticos e a análise crítica destes, definindo quais corpos são considerados descartáveis para o *status quo*, mostrando a prevalência de ideologias preconceituosas nas representações midiáticas e na manutenção do mito da democracia racial, expondo como a mídia reforça e perpetua estes padrões.

Palavra-chave: racismo; necropolítica; biopoder; biopolítica; mídia.

Introdução

Parte da sociedade nutre um senso comum em relação a discussões de raça e suas conseqüentes desigualdades, atribuindo tais a responsabilidade à população negra e à negritude. Há um movimento de apagamento e esquecimento de que a estrutura foi criada única e exclusivamente para a branquitude, sendo necessário um aprimoramento dos estudos sobre relações raciais e suas dinâmicas de poder na sociedade. Estudos realizados na década de 1990 pela psicóloga social Maria Aparecida Bento visavam entender como o conceito de raça afetava a vida do ser negro, porém não havia a visualização do sujeito branco como pessoa racializada e como o cotidiano era construído a partir deste fenômeno (Bento, 2002).

A necropolítica é a concepção social alimentada pelas grandes instâncias e pelos detentores de poder - majoritariamente compostos por indivíduos do sexo masculino,

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação e Cidadania, da Intercom Júnior – 19ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 6º semestre, do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, e-mail: eduardafcalon@gmail.com

³ Estudante de Graduação, 6º semestre, do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, e-mail: luizfelipedesouzafigueiredo2@gmail.com

⁴ Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Doutora em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e orientadora do trabalho, e-mail: yasmin.cardoso@ufes.br

brancos e cisnormativos - que determina o valor de corpos racializados, marginalizados e não hegemônicos, resultando na conclusão de que alguns corpos valem mais que outros. O conceito foi pioneiramente abordado em 2003 por Mbembe e embasado nas teorias de Foucault para explicar a exploração do poder moderno exercido através da gestão de morte e violência. Sendo este poder moderno atribuído à branquitude considera-se a criação de uma estrutura tão rígida, sólida e auto produtora de processos preconceituosos que sempre irá assegurar às pessoas brancas a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso seja encarado como privilégio de raça. Estas posições garantem soberania a determinados grupos que ditam quem pode viver e quem deve morrer.

Em sua configuração tradicional, o jornalismo é alimentado para ser produzido e consumido através de lentes imparciais, considerando uma busca utópica pela objetividade dos fatos (Henriques, 2021). No que diz respeito aos estudos das ciências humanas, contabiliza-se a subjetividade dos indivíduos no exercício da atividade jornalística. A construção do saber normativo portanto é determinada pelos objetivos econômicos e sociais da soberania. Segundo Groth (2011), toda produção jornalística desde o seu início até a sua recepção pela sociedade é envolvido pela qualidade subjetiva do jornalista. Tal subjetividade, construída a partir da vivência do indivíduo em sociedade e culturas específicas, podem influenciar o relato dos acontecimentos e a final recepção do leitor em sua esfera cognitiva. Neste campo, é possível observar que matérias jornalísticas, peças publicitárias e demais instrumentos comunicativos são constantemente contaminados com ideologias preconceituosas que representam erroneamente, e estereotipicamente, determinados grupos sociais.

Em seu estudo sobre a relação da história e dos fenômenos cotidianos, Heller (1989) constroi uma importante tese para o estabelecimento dos preconceitos e estereótipos na sociedade. “O Cotidiano e a História” explica como os pensamentos ultrageneralizadores, necessários na tomada de atitudes rotineiras, podem se manifestar na identidade, tornando-se um problema quando o indivíduo se recusa a catalisar os preconceitos adequando-se ao conformismo de suas ideias. Heller (1989) destaca o fazer repetitivo dos preconceitos, similares às tarefas diárias, para inseri-lo na cotidianidade e explorar como este fenômeno afeta o comportamento dos indivíduos no meio social. Segundo a autora, a efemeridade e a característica imediata de pensamento e ação na

vida cotidiana, propõe um espaço confortável para a produção, diálogo e interação dos indivíduos guiadas por meio de sua criação social, marcada pelos determinantes da integração primária (família, escola e comunidade). Além disso, a ligação das opiniões preconceituosas de um indivíduo pode estar ligada à fé e à confiança, e enquanto o afeto pela confiança pode ser refutado pelo pensamento e pela experiência, o laço estabelecido entre preconceito e fé é demasiadamente resistente e se contradiz a racionalidade.

A estrutura pragmática da vida cotidiana tem consequências mais problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais. [...] Todo homem necessita, inevitavelmente, de uma certa dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento, objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade [...]. (Heller, 1989, p. 46)

Será visível, neste trabalho, a intensidade ameaçadora da inserção do racismo além dos impactos do mito da democracia racial que determinam o quê e como determinados acontecimentos viram notícia. O conceito de democracia racial propõe harmonia entre brancos, negros, mestiços e indígenas isentando a responsabilidade da sociedade preconceituosa e permitindo a crença em oportunidades e igualdades para todos. Este mito constantemente alimentado pela comunicação apenas reforça o quanto é preciso a construção de pensamento crítico por parte dos comunicadores bem como a quebra de alienação ideológica dos indivíduos.

O presente artigo tem como objetivo trabalhar os conceitos de raça, racismo estrutural, branquitude, meritocracia e o mito da democracia racial aplicados em objetos de estudos midiáticos como capas de jornais e acontecimentos noticiados na esfera digital a partir de análise semiótica de eventos relacionados. Além disso, será desenvolvido e exemplificado neste trabalho o conceito de necropolítica de acordo com Mbembe (2018) e alimentado por conhecimentos prévios de biopolítica e biopoder trabalhados por Foucault (1977).

Metodologia

O processo de seleção do material midiático teve como ponto de partida casos relacionados diretamente a pessoas pretas levando em consideração a popularidade do acontecimento dentro da esfera social cotidiana. Vale pontuar que a análise realizada

neste trabalho foi baseada em conceitos qualitativos e teorias dos campos sociológicos, filosóficos e comunicativos estudados em sala de aula⁵. A seguir estão descritos os mecanismos utilizados para a apuração dos objetos de estudo e recorte para realização da análise:

1. Capas de jornais

A partir de imagens encontradas pelo motor de buscas Google, tendo como base o portal informativo “Notícias Populares” e inserção das palavras-chave na barra de pesquisa: ‘massacre’, ‘carandiru’, ‘notícias populares’; foram coletadas capas de edições durante o período de cobertura jornalística do Massacre de Carandiru que ocorreu em São Paulo no dia 02 de outubro de 1992. A ação policial foi realizada como forma de contenção de uma rebelião de detentos no Pavilhão 9 do complexo penitenciário. No entanto, a abordagem hostil dos policiais resultou na morte de 111 detentos. Portanto, serão apresentadas as capas dos dias 03, 07, 11 e 12 do jornal de categoria C e D “Notícias Populares” para exemplificar o conceito de necropolítica.

2. Notícias digitais

Foi feita a análise do caso de Sônia Maria de Jesus, mulher escravizada por 37 anos pelo desembargador Jorge Luiz de Borba, Ana Cristina Gayotto de Borba, seus filhos e sogra. Sônia é surda e não teve acesso à educação formal ou à saúde, seja pública ou privada. Ela foi tirada de sua mãe aos nove anos de idade e sequer teve direito à sua identidade civil; tudo lhe foi negado. Será utilizado o conceito de necropolítica e suas nuances para definir como esse termo afeta, sobretudo, pessoas pretas e pardas, e sua relação com o racismo.

Análises

1. Capas de jornais

O veículo paulista Notícias Populares, mais conhecido como NP, circulou em São Paulo entre 15 de outubro de 1963 e 20 de janeiro de 2001 e era conhecido por sua abordagem explicitamente sexual, violenta e perversa dos acontecimentos. Foi um jornal de público alvo de classe C e D, que dirige-se a um grupo de leitores com menor

⁵ Tais conceitos e teorias foram abordados nas disciplinas de Antropologia Cultural e Semiótica da Comunicação, do 4º período de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo na Ufes.

acesso à informação, renda e letramento sociopolítico, com o slogan “Nada mais que a verdade”. O jornal atraiu muitas controvérsias no campo jornalístico pela forma de tratamento do material factual e foi acusado de cometer exageros e até invenção de notícias. Analisamos as capas no período de 03, 07, 11 e 12 de outubro de 1992 (dias subsequentes à data do Massacre do Carandiru, que aconteceu no dia 02 de outubro). A partir da visualização do conteúdo gráfico e leitura das manchetes do jornal sobre o fato podemos inferir algumas questões.

1) Os detentos, em sua grande maioria composto por indivíduos pretos, são representados como descartáveis ao terem seus corpos explicitamente estampados nas capas e associados a termos e expressões perversas como ‘inferno’, ‘sorteados para morrer’, ‘veja como a polícia matou’, ‘eles comeram presos na detenção’, ‘bestas da PM matam sem dó’, ‘preso forçado a mergulhar no sangue aidético’, ‘PM metralha até um detento que não andava’ e ‘chacinados antes do julgamento’. Almeida (2019) em sua descrição sobre o que é meritocracia defende a seguinte tese:

Completam o conjunto de mecanismos institucionais meritocráticos os meios de comunicação - com a difusão de padrões culturais e estéticos ligados a grupos racialmente dominantes - e o sistema carcerário, cujo pretense objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza e, mais especificamente, controle racial da pobreza.” (Almeida, 2019, p. 51).

Logo, a meritocracia - que tem como conceito a atribuição de valor às conquistas feitas a partir do esforço sem considerar o recorte de raça, econômico e social dos indivíduos - passa a ser um grande ator da necropolítica, ditando quem é merecedor do tipo bárbaro de tratamento exposto pelo veículo de notícias. Ao se tratar de um acontecimento em uma penitenciária, os corpos criminosos mortos no Massacre de Carandiru não são, de acordo com o NP, merecedores de respeito, pois estavam em rebelião no ambiente em que cumpriam penas sobre crimes cometidos no passado. Além disso, a vontade policial em reduzir vidas e manter a superpopulação carcerária dentro de um volume agradável pode ter sido um grande catalisador para o alto número de mortos.

2) A frase “Preso forçado a mergulhar no sangue aidético” é tanto racista quanto homofóbica. Quando apresentada em um contexto em que a capa estampa corpos pretos no IML e insere a expressão ‘mergulhar no sangue aidético’, o NP sugere um preconceito ligado à raça e sexualidade, assumindo que os detentos massacrados em

Carandiru seriam portadores de HIV/AIDS em um contexto pejorativo, principalmente levando em consideração o fato de serem homens (induz-se que seriam homossexuais) e homens pretos (dupla dose de preconceito atribuído, reforçando estereótipos).

3) O tratamento dado aos detentos, representados exclusivamente pela narrativa de morte, promove um processo de desumanização de corpos marginalizados. Fica evidente a ausência de pudor e respeito quando os mortos – aos quais nem sequer é atribuído o termo “pessoa” – são negros, criminosos e “rebeldes”. Essa abordagem reforça a invisibilização e a desvalorização dessas vidas, reduzidas a meras estatísticas de violência;

4) A capa do dia 7 de outubro detalha as armas utilizadas pelos policiais para “conter” a rebelião, descrevendo suas ações e os órgãos atingidos, bem como os tipos de ferimentos causados. Esse relato ocorre em um contexto que exalta o orgulho pelos policiais, utilizando verbos no presente para destacar a atuação imediata e eficaz deles durante o massacre, reforçando a narrativa de legitimidade da violência empregada.

É possível inferir, portanto, que o veículo “Notícias Populares”, em sua cobertura do Massacre do Carandiru, não mediu esforços para expressar concordância com a brutalidade e a violência policial. Sua postura jornalística na representação dos fatos, desrespeita princípios éticos fundamentais do jornalismo e ignora completamente a garantia dos direitos humanos estabelecidos pela Declaração Universal de Direitos Humanos.

Capas da cobertura jornalística realizada pelo Notícias Populares referentes ao Massacre de Carandiru:



[Capa do dia 3 de outubro de 1992](#)



[Capa do dia 7 de outubro de 1992](#)



[Capa do dia 11 de outubro de 1992](#)



[Capa do dia 12 de outubro de 1992](#)

2. Notícias digitais

O caso de Sônia Maria de Jesus está diretamente relacionado à necropolítica, Mbembe (2018) que se refere ao controle sobre a vida e a morte de indivíduos, determinando quais corpos têm direito à vida digna e quais são considerados descartáveis. Sua existência foi marcada pela negação de direitos básicos, conferindo a Sônia o status de "morto-vivo" (Mbembe, 2019), uma vez que foi mantida em situação de escravidão por quase 40 anos, devido à falta de proteção do Estado, que falhou em garantir sua dignidade e liberdade. Sônia foi privada de sua identidade civil; nunca teve um Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG), não votou e não estudou. Nesse contexto, a vida de Sônia pouco importou para a família do desembargador, que representa a branquitude, e também para o Estado, que se tornou um dos principais apoiadores das lógicas da necropolítica.

Segundo Hall (1997), a mídia é um dos principais moldadores da percepção cultural. Essa dinâmica pode desumanizar grupos marginalizados, alimentando barreiras sociais e estereótipos que sustentam o status quo. O racismo é evidente na forma como a mídia retrata casos cotidianos, exibindo fotos de corpos negros assassinados sem qualquer pudor. Há também uma diferença marcante na forma como a mídia retrata casos semelhantes (confira o exemplo na tabela abaixo). Os termos usados para se referir a pessoas negras estão frequentemente associados a estigmas ou preconceitos. Quando o envolvido é um jovem branco, especialmente em casos de porte de drogas, a mídia utiliza palavras como 'estudante' ou 'jovem'. Em contrapartida, para negros,

mesmo com quantidades menores, são empregados termos como 'traficante' ou 'criminoso'.

<i>Manchetes do G1 ilustram estigmas e preconceitos destinados a jovens negros:</i>	
	

Darcy Ribeiro, em “O povo brasileiro”, discorre sobre a formação racista e colonialista da sociedade brasileira, pontuando como a classe dominante, historicamente branca, mantém práticas senhoriais herdadas da escravidão. O caso de Sônia Maria de Jesus revela como a branquitude atua como mecanismo de dominação e exclusão, e que o patronato empresarial e o patriciado estatal (políticos, militares, juízes), reproduz estas práticas herdadas do período colonial, tratando classes subalternas como força de trabalho descartável. A família que a escravizou pertence ao patriciado estatal (desembargador), grupo que, segundo Ribeiro (2015), exerce poder político e jurídico para manter seu status e a branquitude nesse contexto, não se refere a fenótipo, mas um dispositivo de dominação que legitima a exploração.

Considerações finais

Considerando os objetos de estudo abordados neste trabalho bem como o entendimento dos conceitos de raça, racismo e necropolítica é possível concluir que o mito da democracia racial é uma poderosa arma ideológica produzida pelas classes dominantes para a socialização da população brasileira de brancos e não brancos como seres igualitários a fim de evitar um possível conflito racial no Brasil. Diante de um histórico de desvalorização e subjugação da vida humana abarcados por um contexto escravocrata, o Brasil tece uma dinâmica de poder explicitamente racista, alimentada pelos meios comunicativos e propaganda na veiculação de notícias irresponsáveis e publicidades estereotipadas.

Safatle (2022) destaca que o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso”. Para o autor, embora essa culpa não seja completamente infundada, é usada muitas vezes para encobrir as responsabilidades históricas das elites e do Estado, reforçando uma cultura de conciliação que impede evoluções na esfera social. A tradição histórica brasileira de conciliações e firmamento de pactos superficiais garante a perpetuação das desigualdades e consequentemente da subalternização e desprezo aos corpos negros. Por isso, mais do que compreender o passado para justificar o presente, é preciso questionar e romper com essas estruturas conciliatórias que sustentam o colapso atual.

Dessa forma, a produção de sentido atribuída aos seres racializados e à caracterização de descartabilidade dos mesmos apenas representa o cerne da construção das estruturas de poder socioeconômicas. Essa narrativa perpetua desigualdades, legitimando a marginalização e a exclusão de grupos já vulneráveis, ao mesmo tempo em que reforça estereótipos que alimentam ciclos de opressão. A desumanização desses indivíduos serve para justificar políticas e práticas que privilegiam uma elite, ignorando suas lutas e necessidades, e aprofundando as divisões sociais e raciais que estruturam a nossa sociedade. Segundo Heller (1989, p.54) “o fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobiliza em seu favor”.

A similaridade fonética entre a expressão "corpos descartáveis" e "copos descartáveis" ilustra de forma clara o objetivo central deste trabalho: evidenciar que a grande mídia, em geral, alimenta discursos racistas que perpetuam a desvalorização e o descarte de corpos marginalizados, de maneira similar ao uso de copos de festa, que são utilizados e descartados sem consideração pelo impacto ambiental do plástico que termina no lixo. Essa analogia ressalta como a cultura do descarte se manifesta não apenas em objetos, mas também na forma como a sociedade trata aqueles que estão à margem. Consideramos que essa dinâmica não será superada enquanto houver interesse econômico na subalternização de tudo que está associado ao negro, uma vez que esse aspecto moldou estruturas tão rígidas e maciças que se tornam incapazes de serem completamente desconstruídas. Cabe aos meios de comunicação aprimorar seus métodos de produção de notícias e publicidades para reduzir os impactos sociais negativos no cotidiano, evitando a veiculação de materiais que perpetuem discursos

abertamente racistas. Essa responsabilidade implica uma reflexão crítica sobre as narrativas que escolhem contar e sobre o papel que desempenham na formação da opinião pública e na promoção da justiça social.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray; I. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

DANTAS, Carolina; FLORENCIO, Adriano. **Racismo institucional midiático**: a representação das mulheres afrodescendentes na mídia televisiva pernambucana. Joinville: Intercom Nacional, 2018.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Apicuri; PUC-Rio, 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Willamys da Costa; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Mérito e mito da democracia racial**: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira. Revista Espaço Acadêmico, v. 21, p. 14-23, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Global, 2015.

SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto. **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade – Capítulo “Branquitude e privilégio”. São Paulo: Escuta, 2018.

VLADIMIR SAFATLE. **Só mais um esforço**: Como chegamos até aqui ou como o país dos "pactos", das "conciliações", das "frentes amplas" produziu seu próprio colapso. Belo Horizonte, MG: Vestígio Editora, 2022. 144 p. ISBN 9786586551730.